

Chegou a hora de transferir o poder? Filantropia comunitária e desenvolvimento sustentável – #ShiftThePower



Qual a probabilidade de uma determinada organização promover mudanças de fato duradouras? Milhões de dólares são investidos e esforços incalculáveis são empenhados em tentativas coordenadas que procuram construir uma vida melhor para pessoas e comunidades em todo o mundo. No entanto, poucas organizações podem alegar que seus esforços resultaram em um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e duradouro. Será que a estrutura das organizações de filantropia comunitária (OFCs) as torna particularmente bem posicionadas para apoiar mudanças duradouras nas comunidades locais? Será que as pequenas OFCs possuem um conjunto de propriedades que, nas devidas circunstâncias, as leva a alcançar resultados muito superiores ao que sua capacidade parece permitir, resultados esses que são o grande e inalcançável desejo de ações de desenvolvimento muito mais robustas e orientadas de cima para baixo?

Um novo paradigma de desenvolvimento é necessário

No início de dezembro de 2016, cerca de 400 pessoas de 60 países de todas as partes do globo invadiram Joanesburgo, na África do Sul. Elas participaram do primeiro *Global Summit on Community Philanthropy*, organizada pelo *Global Fund for Community Foundations*. A filantropia comunitária como um movimento crescente e reconhecido ramificou-se a partir de suas raízes nas fundações comunitárias – organizações com foco geográfico, estabelecidas para promover e coordenar doações de filantropos relacionados ao território e surgidas na América do Norte no início do século XX.

As fundações comunitárias norte-americanas tradicionais atuam como administradores financeiros e “corretores”, oferecendo seu conhecimento aqueles que desejam investir no bem-estar de um determinado local, geralmente fazendo pequenas doações para grupos que trabalham ativamente nesse sentido. A sustentabilidade dessas organizações é baseada em doações. O crescimento global desse tipo de instituição ocorreu a partir dos anos 80, fomentado tanto por lideranças da sociedade civil locais como por financiadores ocidentais, que observaram no modelo de fundação comunitária uma oportunidade de promover o desenvolvimento social e o engajamento democrático, particularmente na Europa pós-comunista e no mundo em desenvolvimento. De acordo com o *Community Foundation Atlas* (construído a partir de uma definição mais ampla de ‘filantropia comunitária’, incluindo fundos para mulheres, fundações de desenvolvimento comunitário, fundos de direitos humanos e fundos voltados a cultura de paz, além das fundações comunitárias), em 2014 havia 1.858 organizações em 71 países. O crescimento mais forte das OFCs nos últimos anos tem sido em países em desenvolvimento, e essas novas organizações não seguem necessariamente o modelo tradicional.

No *Global Summit*, profissionais ligados a filantropia comunitária e a outras organizações e movimentos da sociedade civil provenientes dos países do Sul Global chamaram a atenção para a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento. Eles desafiaram os financiadores estabelecidos em países do

Norte – incluindo fundações privadas, organizações não-governamentais de cooperação internacional e agências governamentais de cooperação – a transferir o poder. As lideranças presentes no encontro deixaram claro sua insatisfação com a forma como os problemas locais complexos são tratados por esses financiadores com soluções genéricas, de curto prazo, com desconhecimento em relação as condições locais e falta de respeito para com a expertise já existente na comunidade. A questão do poder e de como ele opera em ambientes de cooperação para o desenvolvimento foi explicitamente levantada, e há uma grande rejeição as intervenções de desenvolvimento que obrigam essas lideranças locais, muitas vezes pela necessidade de sobrevivência, a aceitar os termos ditados por agências externas. Para eles, a alternativa seria apostar em uma nova abordagem: o apoio dos doadores, de maneira devidamente informada, para oferecer respostas a questões locais que sejam baseadas não em projetos de três anos com metas de resultado impostas, mas em intervenções baseadas na experiência, cultura, recursos e prática locais.

A história da cooperação para o desenvolvimento está repleta de práticas precárias, e o desequilíbrio de poder entre financiadores e financiados garante que os doadores tenham pouco incentivo para mudar essa abordagem. Mas e se a evidência de melhores resultados puder fornecer esse incentivo? Será que podemos mostrar que a filantropia comunitária é mais eficaz em promover mudanças duradoras do que outros tipos de ação para o desenvolvimento?

O empurra-empurra de forças em uma organização de filantropia comunitária

Desde os últimos 25 anos do século XX pode-se observar um grande aumento no número de organizações não governamentais da sociedade civil em todos os continentes: o que Lester Salamon chama de “revolução associativa global”. As organizações de filantropia comunitárias são uma parte pequena, mas cada vez mais importante, desse aumento do engajamento cívico. O que distingue as OFCs de outras organizações da sociedade civil é, acima de tudo, sua ênfase específica na utilização, mobilização e crescimento de recursos financeiros e de outros ativos locais (talentos e conhecimento, por exemplo) – tanto no investimento em benefício da própria comunidade como para alavancar recursos adicionais que possam vir a servi-la.

Ao buscar deliberadamente envolver os doadores locais e externos em suas estruturas, os OFCs inevitavelmente lidam com questões de poder, equilibrando agendas, necessidades e filosofias, as vezes contraditórias, de forças mais conservadoras (mais comumente encontradas entre doadores) e de parceiros/*stakeholders* de base comunitária, que lutam por mudança social. O lado positivo desse engajamento deliberado de várias partes interessadas é o envolvimento genuíno de diferentes segmentos da comunidade, bem como o reconhecimento do papel das OFCs como organizações de confiança e com grande conhecimento sobre a comunidade. A desvantagem é que o centro de gravidade de uma OFC inevitavelmente se desloca para os *stakeholders* que fornecem e controlam os recursos, cujo interesse é mais em conservar o *status quo* do que em desafiá-lo.

Entre as fundações comunitárias nos países do Norte Global, essa “puxada” para o lado dos interesses e prioridades dos doadores pode acabar contribuindo para consolidar as estruturas de poder existentes, posicionando-as como parte do establishment, naturalmente conservadoras e não socialmente “perturbadoras”. No Sul Global, muitas OFCs frequentemente têm atitudes e ideias visionárias e uma disposição para a disrupção, para sair do sistema completamente, em vez de mudá-lo de dentro. Mas as relações com doadores externos podem produzir formas similares de desafios internos que eventualmente dificultam seus esforços para fomentar a ação de agência por parte da comunidade e para transferir o poder para mais perto dela.

As limitações da cooperação internacional para o desenvolvimento

Os recursos investidos na cooperação internacional para o desenvolvimento são maiores do que nunca, tanto de agências oficiais de desenvolvimento quanto de doadores privados como Warren Buffett e Bill Gates e seus colegas bilionários que aderiram ao *Giving Pledge*. Grande parte dessa ajuda oficial e privada chegará ao Sul Global – daí as preocupações expressas pelos participantes do Global Summit em Joanesburgo. O temor é que se repitam os erros que levaram os projetos de desenvolvimento ao frequente fracasso em promover mudanças duradouras, e é nesse contexto que as lideranças refletem sobre a questão do poder, algo que a maioria das instituições internacionais têm educadamente recusado colocar em discussão.

O projeto de cooperação internacional para o desenvolvimento surgiu de um acordo pós-1945 no Ocidente desenvolvido para transformar o mundo “não desenvolvido”, com vistas a alcançar a prosperidade e o progresso. A iniciativa se enraizava na suposição de que os padrões ocidentais eram o ponto de referência para medir um “Terceiro Mundo” subdesenvolvido, e que grande parte do mundo estava “em falta” quando observada em comparação a esses padrões. Esta visão do Terceiro Mundo como inferior e exigindo a continuada intervenção de poderes superiores impregnou as relações de poder existentes, como fica evidenciado no fato de hoje 99% da cooperação oficial ser canalizada por meio de intermediários ocidentais, com apenas 1% dado diretamente a organizações no Sul Global. O atual campo da cooperação internacional herdou esse impulso para reestruturar o mundo em base a uma imagem ocidental.

Seja implementada por grandes parceiros bilaterais ou por donatários parceiros de organizações filantrópicas privadas, essa abordagem tende a seguir o mesmo caminho: primeiro, definir um problema a partir do que podem oferecer as agências de cooperação; então, estruturar soluções técnicas para resolvê-lo. Para isso, se faz necessário enfatizar as deficiências da comunidade ao invés de seus recursos, talentos e habilidades. As pessoas locais são vistas como responsáveis por problemas que exigem intervenção técnica de pessoas de fora, “especialistas”. Tomemos, por exemplo, os muitos projetos destinados a combater os danos ambientais atribuídos ao excesso de atividade pastoril pelos locais. Aqui, a pobreza é vista como decorrente da má gestão pecuária pela população local (um problema “consertável”) e não decorrente da desigualdade sistêmica causada por relações políticas (tema muito mais “apimentado”). Esse ‘evitar’ de questões políticas significa que as intervenções na área de cooperação

para o desenvolvimento parecem estar enfrentando questões sociais, mas acabam não tocando a raiz do problema e até o agravando.

As formas como o poder funciona podem ser observadas também na produção de conhecimento, onde a versão predominante da realidade define o que é medido e como o sucesso é descrito. Estruturas lógicas e análises de custo-benefício deixam pouco espaço para as próprias respostas e narrativas das pessoas locais, paradoxalmente derrotando um objetivo comum de desenvolvimento, ou seja, capacitar as pessoas locais, dando-lhes “voz”.

Na verdade, tem o resultado oposto, levando as pessoas a se verem como “subdesenvolvidas” e insatisfeitas com suas vidas. Em muitas comunidades tribais, por exemplo, a riqueza tem sido tradicionalmente expressa através de generosidade, em vez de exibição material. No entanto, as abordagens à vida que promovem valores sociais ou ambientais como mais relevantes que a geração de riqueza são desconsideradas pelos financiadores, que consideram-nas como parte do “subdesenvolvimento”. Ao ignorar o contexto local, seus recursos, talentos e a experiência, os doadores perdem de observar como a mudança local pode ser melhor catalisada. Compreender esses aspectos locais é uma característica que confere grande força as OFCs, por menores que sejam essas instituições.

Bem-estar como objeto de desenvolvimento

Há muito se reconhece que o crescimento econômico por si só é insuficiente como objeto de desenvolvimento. Amartya Sen descreve o desenvolvimento em termos de expansão das liberdades interconectadas: política, econômica e social. Ele descreve o desenvolvimento humano como a capacidade dos indivíduos de fazer escolhas livres para melhorar suas vidas de acordo com suas próprias normas e valores. As coisas que uma pessoa pode valorizar variam desde ser alimentada e livre de doenças evitáveis até poder participar da vida comunitária e ter um senso de identidade ou auto-respeito. As OFCs podem fornecer às comunidades não apenas a capacidade de obter melhorias concretas, julgadas por seus próprios valores, mas também a “capacidade de aspirar”. Sen refere-se a essa capacidade e seus resultados como “bem-estar” – um amplo valor humano que é empiricamente definido, aberto a definições locais e a finalidade última do desenvolvimento. A conscientização detalhada das ideias locais de bem-estar é central para que ele seja alcançado, um mundo muito distante daquele das noções (genéricas) impostas externamente para a solução de necessidades da comunidade.

Uma ampla gama de indicadores, além do crescimento econômico, é necessária para medir o progresso social, incluindo indicadores subjetivos. Estes últimos, no entanto, trazem seus próprios problemas, já que, por exemplo, altos níveis de satisfação podem significar baixas aspirações, e as pessoas podem afirmar que estão felizes em circunstâncias muito sombrias.

O programa da Avaliação Psicossocial do Desenvolvimento e de Intervenções Humanitárias da Universidade de Colombo (PADHI), criado em 2006 para avaliar os impactos das intervenções pós-tsunami em uma população do Sri Lanka já

traumatizada por décadas de guerra civil, identificou cinco “domínios” ou aspectos de bem-estar interligados:

- *acesso* – recursos físicos, materiais e intelectuais
- *experiência* – competência e autoestima
- *exercício* – a capacidade de participar
- *build* – conexões sociais
- *melhorar* – bem-estar físico e psicológico

A conquista de todos esses aspectos de bem-estar exige um profundo conhecimento local e um foco nas relações de poder, bem como nos direitos econômicos e na busca de formas de canalizar tanto vozes que não são normalmente ouvidas quanto aquelas mais fortes.

Como a mudança acontece?

A ideia de que a mudança acontece de acordo com correntes lineares de causa e efeito – “se tomarmos a providência *x*, então teremos como resultado a mudança *y*” – é atraente para os doadores porque oferece uma sensação de controle e potencial de prestação de contas. Mas não se pode supor que sistemas sociais e ambientais complexos sejam previsíveis, estáticos e passíveis de intervenções planejadas que possam ser replicadas em qualquer contexto. Os sucessos obtidos geralmente se referem a indicadores definidos pelos próprios técnicos do projeto, e não a melhorias reais na base. Os indicadores definidos pelo doador nem sempre refletem os resultados desejados localmente.

Isso é tão verdadeiro em projetos comunitários locais quanto em interações governamentais. As soluções de cima para baixo, concebidas por pessoas de fora, por mais bem intencionadas que sejam, não resolverão problemas locais – nem promoverão o bem-estar –, a menos que levem em conta a complexidade e o contexto. As pessoas que melhor sabem o que funcionará em um determinado lugar são aquelas incorporadas em sua cultura. Mesmo com projetos locais, a prática da cooperação para o desenvolvimento ignora rotineiramente a experiência e o conhecimento especializado das populações locais, diz às pessoas o que é bom para elas e mede o progresso apenas em seus próprios termos. Não é de admirar que muitos esforços de desenvolvimento gastem tanto dinheiro, mas alcancem tão pouca mudança duradoura.

O que é necessário é que os envolvidos nesse setor de cooperação para o desenvolvimento reconheçam a imprevisibilidade dos resultados em situações complexas. Podem emergir resultados não planejados, que são mais do que a soma das ações que os produziram, podem emergir.

Aqueles que querem alcançar a mudança também precisam estar cientes dos padrões de pensamento ou comportamento em uma sociedade e como eles estão mudando. Por exemplo, as atitudes em relação às mulheres podem estar mudando gradualmente em uma determinada região, mas isso ainda não se manifesta em suas normas e instituições sociais. Em um certo ponto, quando há uma massa crítica de atitudes transformadas, a mudança material torna-se

possível. O trabalho de desenvolvimento efetivo é identificar e trabalhar com esses pontos de inflexão. A mudança geralmente vem de pequenas interações locais que podem ter um grande impacto ao longo do tempo porque, cumulativamente, elas mudam a dinâmica do sistema mais amplo. Agentes efetivos de mudança devem ter um entendimento completo do ambiente local.

Organizações locais menores, que estão próximas do local, parecem estar em melhor posição para alcançar a mudança, mas a ênfase dos doadores na “escalabilidade” geralmente significa que os orçamentos permanecem nas mãos de grandes organizações. Infelizmente, a replicação ou “roll-out” é muitas vezes mal sucedida sem a atenção ao contexto que as organizações locais podem fornecer.

Os elementos que devem estar presentes para que se efetue uma mudança significativa são quatro:

- *intervenções adequadas*, que atendam as necessidades e que funcionem
- partes interessadas *se apropriam*
- *sustentabilidade* dos efeitos
- *escalabilidade* dos efeitos

Esses quatro elementos interdependentes podem ser vistos como os principais desafios do desenvolvimento. Normalmente, as pessoas com conhecimento e experiência local são as melhores para julgar se uma intervenção local fará uma diferença positiva. Sua expertise pode ser aproveitada por meio de um processo formal – como a pesquisa participativa – ou pelo incentivo de iniciativas que surjam de dentro de uma comunidade. Somente quando há ação adequada existe a apropriação. Somente quando há um alto nível de apropriação, ideias e inovações decolam. A apropriação leva a níveis mais altos de participação, o que, por sua vez, sustenta um processo de aprendizagem que garante que as ações continuem adequadas. A energia e o entusiasmo resultantes de ações adequadas reforçam a apropriação, o que garante a sustentabilidade. Relacionamentos e construção de redes são fatores cruciais para canalizar o entusiasmo, baseados na crença de que uma ação fará diferença, na transmissão de aprendizados e na construção de capital social e confiança.

Muitas vezes, os relacionamentos que resultam das intervenções são tão importantes quanto as próprias atividades. As implicações para organizações como as OFCs que trabalham localmente, dentro das normas locais e baseadas em relações de confiança existentes, são muito claras.

Entender como a mudança acontece nos permite começar a responder à pergunta feita anteriormente: qual a probabilidade de uma determinada organização ser capaz de apoiar uma mudança sustentável, duradoura? Podemos construir uma imagem de uma organização enraizada no local onde a mudança ocorre; com conhecimento profundo e de primeira mão sobre os sistemas, problemas e condições que afetam os residentes, e uma capacidade de agir em resposta a isso tudo; uma organização que apoie iniciativas adequadas de desenvolvimento local, permitindo que elas sejam apropriadas, repetidas e

disseminadas; que tenha a confiança da população local e redes de relacionamentos e recursos que abrangem toda a comunidade. Aí que entra a organização de filantropia comunitária.

Filantropia comunitária e a ascensão da horizontalidade

Como já observado, nos últimos anos houve um rápido aumento no número de organizações de filantropia comunitária (OFCs) – fundações comunitárias da “nova geração”, OFCs locais e outros tipos de organização que coordenam a doação locais a serviço do desenvolvimento e da justiça social. Barry Knight identificou cinco características que distinguem essas OFCs de outras instituições da filantropia tradicional:

1. Mobilizam recursos de uma ampla gama de doadores para financiar suas atividades ao invés de depender de um fundo patrimonial (*endowment*).
2. Pessoas das comunidades beneficiadas pela ação dessas organizações também são doadoras.
3. As atividades realizadas são desenhadas pelas comunidades com as quais trabalham, ao invés de desenvolvidas fora.
4. As atividades em geral nascem como resposta a alguma forma de injustiça local que prejudica ou discrimina alguns grupos específicos.
5. As atividades envolvem, em geral, mais do que dinheiro. Incluem assistência técnica, capacidade de articulação e *advocacy*. Envolve, portanto, um grau de ativismo em estar lado a lado com as comunidades com as quais se está trabalhando.

Vimos que a compreensão profunda do contexto local e o envolvimento com a comunidade local é a base para a busca bem-sucedida do bem-estar através da mudança social. Essas características das OFCs parecem torná-las idealmente adequadas para buscar esse tipo de mudança.

A defesa ativa de uma agenda de mudança socialmente reformadora não é, obviamente, exclusiva da filantropia comunitária. No entanto, as OFCs têm uma característica-chave diferenciadora: a mobilização de recursos de diversas fontes, vindos do público em geral. Enquanto as organizações não-governamentais de cooperação internacional tendem a depender de doadores externos para financiar projetos, as OFCs precisam necessariamente responder às necessidades da comunidade para garantir sua licença para operar. Enquanto outras organizações da sociedade civil e organizações não governamentais de cooperação internacional têm uma base de apoio em seus membros, as OFCs são, por definição, dependentes de contribuições locais. Por consequência, essas organizações garantem a legitimidade da comunidade, uma vez que sem o apoio local elas simplesmente deixam de existir. Além disso – e talvez o mais importante – as OFCs precisam se concentrar nos ativos e capacidades de suas comunidades: elas encorajam as pessoas a expressarem seus desejos e aspirações. Este compromisso local estrutural, orientado pelo serviço voltado a promoção do bem-estar local, dá as OFCs o reconhecimento de que são de fato instituições capazes de promover mudanças sustentáveis.

O reconhecimento das OFCs como agentes de mudança é reforçado pela distinção feita por Susan Wilkinson-Maposa entre filantropia “horizontal” e “vertical”. Segundo ela, o sistema de cooperação vertical vê lacunas ou necessidades que os recursos externos podem preencher; dá ênfase aos recursos financeiros; se esforça para ajudar as pessoas a escapar da pobreza; baseia-se em acordos escritos; e reconhece as pessoas como entidades legais – cidadãos com direitos e obrigações. O sistema horizontal ou “ajuda orgânica”, por outro lado, observa os recursos dentro de uma comunidade que podem ser mobilizados e coordenados para atender às necessidades dessa mesma comunidade; concentra-se na ‘transação social’ envolvida no ato de ajudar com o que for possível, não importando a quantia; procura aumentar a resiliência para enfrentar ou escapar de condições como a pobreza; opera de acordo com convenções não-escritas mas amplamente estabelecidas; e reconhece as pessoas como “seres humanos com uma identidade e dignidade que precisam ser preservadas”.

A análise de Susan Wilkinson-Maposa deixa claro que, embora a maioria das OFCs incorpore alguns elementos de “verticalização” na maneira como operam, também apresentam abordagens horizontais mais “orgânicas” ou “de base”. Essas respostas horizontais às necessidades de desenvolvimento são potencialmente transformadoras.

Conclusão

Enraizada em seu próprio território, o funcionamento de uma organização de filantropia comunitária pode ser comparado ao de um rizoma, alimentando sua comunidade e sendo nutrida por ela, por meio de uma rede de raízes culturais e materiais que se espalham horizontalmente ao nível do solo. Para um estranho, as flores que produzem podem parecer modestas, mas geram sementes que se enraízam e prosperam porque caem em um solo familiar e se espalham no subsolo em lugares completamente desconhecidos para alguém de fora. O desafio é persuadir os doadores a reconhecer o valor dessas flores modestas, e a colheita crescente que pode ser obtida a partir de seu cultivo.

Isso pode parecer distante para muitas instituições doadoras. Ampliando a metáfora agrícola, os doadores ocidentais estão frequentemente tão apegados às modernas abordagens científicas – aos fertilizantes químicos e maquinário de alta tecnologia que produzem colheitas uniformes e limpinhas – que não vão tolerar o uso do estrume como primitivo fertilizante natural e recuarão diante do risco de obter como resultado vegetais que fogem ao formato padrão.

A maioria dos doadores continua insistindo nas normas e padrões ocidentais. Mas essa conformidade, em si, é claramente insuficiente para garantir o sucesso de uma iniciativa no campo do desenvolvimento, se a iniciativa não apresentar outros fatores que são fundamentais – como a adesão local, por exemplo. Os doadores devem ser mais ousados em reconhecer que o que geralmente funciona localmente é mais provável que seja eficaz. Precisam criar coragem e confiar nos donatários para fazer as coisas que de fato funcionam naquele contexto, e ver o que acontece. Alguns projetos podem ser um estrondoso sucesso enquanto outros falham – coisa que não é muito diferente do status quo, mas com potencial de trazer mudanças duradouras para as comunidades. Nada é

mais interessante que ver o que as pessoas conquistam quando suas próprias iniciativas são facilitadas – suas habilidades e ideias reconhecidas, suas normas culturais e desafios observados e respeitados.

Acima de tudo, os doadores precisam renunciar – ou ao menos compartilhar – seu poder com aqueles que estão mais bem posicionados para promover mudança local. O ‘gênio da transferência do poder’ que foi evocado no Global Summit em Joanesburgo está fora da lâmpada maravilhosa... E é hora de deixar ele trabalhar.

Chegou a hora de transferir o poder? Filantropia comunitária e desenvolvimento sustentável – #ShiftThePower



Chamada para apoio a propostas de pesquisa e trabalhos que contribuam para a fortalecer a causa da filantropia comunitária

O artigo que serve de referência para essa chamada: “Chegou a hora de transferir o poder? Filantropia Comunitária e desenvolvimento sustentável – #ShiftThePower”, apresenta uma série de argumentos sugerindo que as organizações de filantropia comunitária (OFCs) reúnem as características necessárias para o alcance de transformações duradouras.

“Qual a probabilidade de uma determinada organização promover mudanças de fato duradouras? Milhões de dólares são investidos e esforços incalculáveis são empenhados em tentativas coordenadas que procuram construir uma vida melhor para pessoas e comunidades em todo o mundo. No entanto, poucas organizações podem alegar que seus esforços resultaram em um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e duradouro. Será que a estrutura das organizações de filantropia comunitária (OFCs) as torna particularmente bem posicionadas para apoiar mudanças duradouras nas comunidades locais? Será que as pequenas OFCs possuem um conjunto de propriedades que, nas devidas circunstâncias, as leva a alcançar resultados muito superiores ao que sua capacidade parece permitir, resultados esses que são o grande e inalcançável desejo de ações de desenvolvimento muito mais robustas e orientadas de cima para baixo? ”

“A história da cooperação para o desenvolvimento está repleta de práticas precárias, e o desequilíbrio de poder entre financiadores e financiados garante que os doadores tenham pouco incentivo para mudar essa abordagem. Mas e se a evidência de melhores resultados puder fornecer esse incentivo? Será que podemos mostrar que a filantropia comunitária é mais eficaz em promover mudanças duradoras do que outros tipos de ação para o desenvolvimento? ”

Ainda precisamos de mais evidências concretas da efetividade das OFCs, evidências de como a filantropia comunitária funciona, na prática. O objetivo da chamada é oferecer um pequeno aporte de recursos para financiar propostas que ajudem a construir essa base de evidências, fortalecendo assim a causa da filantropia comunitária – tanto no nível das instituições individualmente, como no nível da filantropia comunitária como parte de um movimento global.

Estamos à procura de contribuições que **documentem e ilustrem as estratégias e práticas da filantropia comunitária e as conectem com argumentos mais amplos sobre como alcançar o desenvolvimento sustentável.**

A ideia é que essas contribuições sejam organizadas como resposta ao artigo de referência aqui mencionado. No entanto, as propostas não precisam necessariamente responder a todos os pontos feitos no artigo. Elas podem se focar em alguns dos argumentos/tópicos específicos que os proponentes consideram estar em condições de responder, aproveitando sua própria experiência.

Os proponentes podem escrever a partir da perspectiva de uma organização individual, um grupo de organizações ou uma rede. Estamos usando uma definição ampliada de “filantropia comunitária”, incluindo fundações comunitárias, fundos para mulheres, fundações de desenvolvimento comunitário, fundos de direitos humanos e fundos de paz.

Abaixo, listamos algumas perguntas de orientação que os proponentes podem considerar interessante responder. Elas estão agrupadas no que o artigo de referência identifica como as duas características-chave – e pontos fortes – que distinguem a filantropia comunitária: o fato de mobilizar recursos de uma ampla gama de doadores para financiar as atividades ao invés de depender de um fundo patrimonial (*endowment*); e a faculdade de compreender o contexto local.

A lista não pretende ser exaustiva, mas sim fornecer elementos de reflexão sobre a própria experiência do proponente e como essa experiência se vincula aos argumentos apresentados no artigo de referência.

Utilizar recursos financeiros e outros ativos locais

“O que distingue as OFCs de outras organizações da sociedade civil é, acima de tudo, sua ênfase específica na utilização, mobilização e crescimento de recursos financeiros e de outros ativos locais (talentos e conhecimento, por exemplo) – tanto no investimento em benefício da própria comunidade como para alavancar recursos adicionais que possam vir a servi-la”.

- O fato das OFCs serem, por definição, dependentes de contribuições locais – o que significa que sem o apoio local elas simplesmente deixam de existir – ajuda a garantir uma legitimidade comunitária para sua organização e o envolvimento genuíno dos diversos setores da comunidade?
- Você considera que as atividades realizadas são genuinamente desenhadas pelas comunidades com as quais você está trabalhando, ao invés de serem desenvolvidas fora? Isso gerou um senso de apropriação por parte da comunidade, resultando em níveis mais altos de participação, energia e entusiasmo e, finalmente, em maior sustentabilidade?

- O característico foco nos recursos e talentos da comunidade encoraja as pessoas a expressarem suas aspirações?
- O envolvimento de todas as seções da comunidade, como doadores ou como beneficiários, lhe ajuda a confrontar questões de poder dentro da comunidade e a equilibrar as agendas, necessidades e filosofias, às vezes contraditórias, de forças mais conservadoras e dos parceiros/*stakeholders* de base comunitária que lutam por mudança social?
- Existe de fato o perigo de que o centro de gravidade de uma OFC se desloque em favor dos *stakeholders* que fornecem e controlam os recursos, cujo interesse pode estar mais em conservar o status quo do que em desafiá-lo?

Entender o contexto local

“Podemos construir uma imagem de uma organização enraizada no local onde a mudança ocorre; com conhecimento profundo e de primeira mão sobre os sistemas, problemas e condições que afetam os residentes, e uma capacidade de agir em resposta a isso tudo; uma organização que apoie iniciativas adequadas de desenvolvimento local, permitindo que elas sejam apropriadas, repetidas e disseminadas; que tenha a confiança da população local e redes de relacionamentos e recursos que abrangem toda a comunidade... As pessoas que melhor sabem o que funcionará em um determinado lugar são aquelas incorporadas em sua cultura”.

- O conhecimento e a compreensão do contexto local, em toda a sua complexidade, permitem que as OFCs ofereçam às comunidades não apenas a capacidade de obter melhorias concretas, avaliadas a partir de seus próprios valores, mas também a ‘capacidade de ter aspiração’?
- Entender o contexto local lhe ajudou a identificar injustiças na comunidade fazem com que alguns grupos fiquem em situação de desvantagem ou discriminação, e a encontrar formas de canalizar tanto as vozes mais fortes e contundentes quanto aquelas não eram ouvidas?
- Geralmente, as pessoas com conhecimento e experiência local são as melhores para julgar se uma intervenção resultará em uma diferença positiva. Você foi capaz de aproveitar a experiência de tais pessoas, por exemplo, através de um processo formal como a pesquisa participativa; ou incentivando iniciativas que surgem de dentro da comunidade?
- Reconhecendo que os indicadores definidos pelos doadores nem sempre refletem os resultados desejados localmente, você foi capaz de desenvolver uma ampla gama de indicadores para além do crescimento econômico, a fim de medir o avanço social?

O objetivo do apoio financeiro às propostas

O apoio financeiro oferecido nesta chamada de propostas tem o objetivo de permitir que as pessoas dediquem tempo e recursos para realizar pesquisas e escrever, sempre com base em sua própria experiência. Apoio não financeiro também será oferecido na forma de consultas em relação ao conteúdo e apoio na elaboração do documento escrito.

Os trabalhos escritos serão publicados no site do *Global Fund for Community Foundations* (GFCF) e farão parte de um crescente corpo de conhecimento sobre o papel e o potencial da filantropia comunitária, para ser usado como recurso por outros profissionais e por todos aqueles comprometidos com a construção do campo da filantropia comunitária globalmente e em países/regiões específicos.